

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 195
9 de março de 2013

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Nós temos um texto *on-line* do livro de Christiane D'Ainval¹, sob o nome (um título meu) “Reflexão e participação”. Então vamos lê-lo e analisá-lo brevemente. Vou ler um parágrafo inteiro e depois volto.

A reflexão não consiste somente em destacar de mim o mundo; ela é também o ato pelo qual descubro em mim uma atividade criadora da qual participo. A atividade da qual disponho me é dada como uma potência da qual sou livre para dispor, e o real me é dado como a fronteira que a limita e o instrumento do seu exercício; ambos, provindo do mesmo ato criador, são concedidos um ao outro. A reflexão não faz senão prolongar o ato mesmo que cria o mundo. Lavelle afirma de modo categórico que existe consubstancialidade entre o ato reflexivo e o ato criador. ‘O ato reflexivo, escreve ele, é o ato criador que se reflete em nós de uma maneira imperfeita e na qual a iniciativa é sempre deixada a nós. Em si mesma, a reflexão coloca-se como não criadora do seu objeto, como virtual e como relativa, mas é por oposição a um ato criador, atual e absoluto, que a sustenta e que ela nos obriga a assumir conforme as nossas forças.’ Assim, o ato reflexivo é primeiro em relação ao eu, mas segundo em relação ao ato criador no qual está enxertado. Quando refletimos, é o ato criador que se reflete em nós.

Para entender isso mais claramente, é preciso nos reportar às aulas anteriores, nas quais mencionamos que, segundo Lavelle, aquilo que somos é efetivamente criado por nós mesmos por meio de decisões tomadas em um nível profundo, conforme valores que orientam a nossa vida. Ou seja, em função desses valores, escolhemos o que queremos ser. Então, tudo o mais que nos compõe – os elementos hereditários ou absorvidos pela cultura etc. – são apenas elementos ou materiais que entram nessa composição, e não propriamente nós; mas o que fazemos de nós, efetivamente somos nós. E isto só aparece nesta reflexão profunda, em que o indivíduo escolhe certos valores e decide personificá-los,

¹ [De: Une Doctrine de la Présence Spirituelle: La Philosophie de Louis Lavelle, Louvain-Paris, Nauwelaerts, 1967, pp. 39-40, 42-43.]

decide representá-los no mundo real, com maior ou menor dificuldade, evidentemente.

Aqueles que se lembram do exercício do necrológio, que fizemos no início do curso, já há quatro anos, vão entender do que estou falando. Todos os outros elementos que lhe compõem já existem independentemente de você, mas esta figura, este personagem que você escolheu ser (e que está construindo) não existe e não é dado; só passa a existir porque você decidiu que ele vai existir. Isto mostra como o ser humano não é somente um elo de uma cadeia causal, mas é causa, é início de alguma coisa que não pode ser explicada por nenhum processo antecedente. O que lhe levou a fazer determinadas escolhas e criar, por assim dizer, a sua pessoa ideal, pessoa esta que você, em seguida, tenta representar no mundo real, é exclusivamente você mesmo. Este é o exercício da liberdade humana. É claro que existem pessoas que não tiveram ainda esta experiência – talvez muitas não tenham, talvez a maioria não tenha tido –, mas é uma possibilidade humana cuja existência vocês mesmos puderam comprovar através daquele exercício, sobretudo se o repetiram de novo em outras fases, modificando, enriquecendo e aprofundando a imagem daquilo que desejam ser.

O fato de que o ser humano é também uma causa, um princípio, um originador de alguma coisa, dá testemunho do que chamamos de criatividade ou liberdade humana. Esta liberdade humana introduz algo no campo do ser (Lavelle faz uma distinção entre ser e realidade, que vamos deixar para depois; por enquanto, podemos tomar o ser como a realidade total). Você está introduzindo na realidade total algo que radicalmente não existia. Embora sua criatividade seja muito modesta e muito limitada à sua própria pessoa, o que ela introduz no campo da realidade é uma coisa perfeitamente real e que não tem outra origem senão a sua liberdade. A sua liberdade, por sua vez, não poderia existir se ela não fosse sustentada no ato mesmo que constitui a realidade como um todo; lembrando que Lavelle definirá como “realidade como um todo” não apenas o conjunto das coisas existentes, mas aquilo de que tudo emana e que ele chama de “o ato”.

O ato é aquilo que está em ação permanente e que não está, portanto, em potência; não há nada em potência no ato. O ato está em pleno exercício o tempo todo, e, se não estivesse, o mundo não existiria. As coisas e seres que nós vemos não são a realidade, são o resultado da realidade – tomando aqui a realidade como um sinônimo do ato (não é uma coisa muito precisa, mas vão entender o que estou querendo dizer). Se nós temos uma parcela de liberdade e de criatividade, isto quer dizer que algo da liberdade deste ato criador – que está subentendido no fundo de tudo – se transmitiu a nós, em uma escala muito pequenina. É claro que não é a mesma coisa eu criar o mundo e criar a mim mesmo. A diferença de escala é brutal e incomensurável, mas nem por isso esta liberdade e esta criatividade deixam de ser um dado do real que é acessível mediante experiência: a experiência da reflexão, da escolha e da luta para tornar real no mundo aqueles valores que eu decidi incorporar.

Portanto, são dois níveis de criatividade: primeiro, a minha criatividade, e em segundo, a criatividade total do ato criador que criou tudo, e que, de algum modo,

me transmitiu isso – transmitiu somente ao ser humano. Ursos e minhocas não fazem escolhas, eles não têm uma personalidade ideal para criar. Eles podem ser modificados durante a vida, mas sempre por uma influência externa, nunca por uma decisão própria. Todas as semelhanças que possa haver entre o homem e o animal são rigorosamente nada perto disso, porque o animal é aquilo que as causas antecedentes e o ambiente fizeram dele, e ele não têm margem de escolha. Se você criou um cavalo para ser um cavalo de carroça, ele não dirá que não quer ser isso, que quer ser um cavalo de corrida, que mudará de emprego. Ele não tomará essa decisão. O cão que você educou para ser um cão doméstico – para ficar só deitado no sofá o dia inteiro – não dirá que está cansado de uma vida inútil e que agora quer fazer um trabalho, quer ser um cão de guarda. Ele não fará isto.

Esta margem de liberdade, estes exemplos que eu estou dando parecem piada, mas não são; são coisas que você pode e deve verificar na realidade. Se você tem um bichinho doméstico, observe o infeliz e verá que a margem de manobra dele é extremamente pequena. Você verá também que a margem de escolha que você tem é imensa: nada está obrigando você a ser aquilo que você quer ser. Ao contrário, muitas vezes, tudo o que vem de fora, todas as forças condicionantes pesam contra nós e contra as nossas escolhas. Você quer ser uma coisa, mas o mundo em torno quer que você seja outra, e, ainda assim, você pode insistir e se tornar aquilo que quer ser. Esta é a experiência mais caracteristicamente humana, é a experiência diferencial do ser humano. Muitas vezes nós percebemos isto, mas não chegamos a perceber o segundo nível da coisa: o fato de que aquilo que você está fazendo de você mesmo (aquele personagem, aquela pessoa que você está criando) está entrando dentro do reino da realidade. E era uma coisa que não existia antes. A diferença que você faz no mundo pode ser pequena, mas isso não a torna menos real. [00:10]

Lavelle já explicou que a noção de ser é unívoca – ele aceita a noção da analogia do ser de Santo Tomás de Aquino, mas subentendendo que só existe analogia no que diz respeito às modalidades do ser, e não à quantidade ou intensidade do ser. Ele diz que uma coisa que é, é, não há gradações. Por exemplo, uma pedra muito pequena é tão real quanto a mais alta montanha do planeta Terra. Isso quer dizer que esta sua pessoa – por pequena que ela seja, e por insignificante que seja o espaço que ela ocupa no panorama total do mundo — dispõe deste dom da realidade em sentido pleno. Criamos algo que não existia antes, e este algo entra dentro da realidade total (é nisto que D’Ainval está insistindo no texto). Neste processo existem dois elementos – segundo explica Louis Lavelle, tal como exposto por Christiane D’Ainval, em um livro que considero um dos melhores que existe sobre Louis Lavelle. Ela diz que a atividade [a capacidade de ação que eu tenho] me é dada, mas me é dada como uma potência, ou seja, eu tenho de efetivá-la. Isso quer dizer que o ato criador, em si, não é potência. Ele é ato, já está em plena ação, mas aparece em nós (se manifesta em nós) como uma potência que temos e que pode, ou não, se efetivar no curso do tempo, conforme as nossas decisões e escolhas. Ao mesmo tempo, me é dado o real: aquele quadro no qual eu estou, que se compõe em parte de coisas que estão no mundo – os seres, as coisas, as situações etc. –, em parte de coisas que estão em mim

mesmo, mas que não fui eu que fiz, como o tamanho do meu corpo, a minha hereditariedade genética e racial etc. Tudo isto vem pronto, eu não tenho interferência, não tenho voz neste capítulo.

O real me é dado ao mesmo tempo como fronteira que limita a minha liberdade (ou seja, que distingue entre o que está ao meu alcance e o que está além da minha decisão), mas também me é dado como um instrumento. Porque a realização da sua pessoa, tal como você a escolheu – como a própria palavra ‘realização’ diz –, é tirá-la do mero pensamento e torná-la efetiva no campo da realidade, ainda que ninguém a perceba. Se você se torna efetivamente aquilo, você teve de realizá-lo através de instrumentos que lhe foram dados pelo próprio real externo e interno que resiste a esta realização. A resistência e o instrumento são exatamente a mesma coisa, e é nesse sentido que toda e qualquer dificuldade pode ser transformada em um instrumento de reafirmação da sua pessoa, pelo simples fato de que você não desiste de ser o que é. A simples decisão interior e a insistência nela já dão uma realidade à pessoa que você escolheu ser; ela já se tornou real pelo simples fato de que você persiste nela – em vez de deixar esta decisão se dissolver no curso do tempo, graças à oposição da realidade.

É por isto que Christiane D’Ainval diz que “a reflexão não faz senão prolongar o ato mesmo que cria o mundo”: o ato criador que está subentendido em toda a realidade (está subentendido em mim e na realidade em torno) é o mesmo que eu estou prolongando dentro da escassa medida das minhas forças, mas de maneira não menos real. Isso quer dizer que a auto-criação do ser humano não é menos real do que a criação do mundo, ela é apenas menor. Não há uma escala de realidade. É claro que, no caso do ser humano, esta realização tem de passar da potência ao ato, mas, quando passou ao ato, já é real, definitivamente. A própria potência, ainda que não se tenha realizado, já é real enquanto potência: o ser humano tem mesmo essa capacidade, ainda que não a exerça. [Continuando o texto:]

O ato reflexivo, escreve ele, é o ato criador que se reflete em nós de uma maneira imperfeita e na qual a iniciativa é sempre deixada a nós.

É aquela parcela do ato criador que não se realiza fora de mim e não se realiza independentemente de mim, mas só se realiza se eu o quiser. Há uma passagem de Joseph de Maistre que alude a isso e pode ajudar. Ele diz:

Estamos todos ligados ao trono do Ser Supremo por uma cadeia flexível que nos retém sem nos subjugar. O que há de mais admirável na ordem universal das coisas é a ação dos seres livres sob a mão divina. Livremente escravos, eles operam, ao mesmo tempo, voluntária e necessariamente: fazem realmente o que eles querem, mas sem poder abalar os planos gerais. Cada um destes seres ocupa o centro de uma esfera de atividade cujo diâmetro varia conforme as decisões do Eterno Geômetra que sabe estender, restringir, parar, ou dirigir-lhes a vontade, sem alterar sua natureza. Nas obras do homem tudo é pobre, como o autor. As visões são restritas, os meios, rígidos, as molas, inflexíveis, os movimentos, penosos e os resultados, monótonos. Nas obras divinas, as riquezas do Infinito

mostram-se a descoberto quase que no menor elemento. Sua potência opera brincando. Em Suas mãos tudo é flexível, nada lhe resiste. Para ela tudo é meio, mesmo o obstáculo; e as irregularidades produzidas pela operação dos agentes livres vêm classificar-se, enquadrar-se na ordem geral.

Isso quer dizer que, em uma escala mínima, a criação humana repete isto aqui. É uma parte do ser humano, um aspecto do ser humano, que não obedece à necessidade natural e que usa os próprios obstáculos externos como instrumentos para a sua auto-realização, refletindo-se nisto algo da pura criatividade divina de que está falando Joseph de Maistre. Infelizmente, nem tudo o que somos reflete esta criatividade. Uma grande parte (talvez 99%) reflete a necessidade natural e, portanto, a limitação natural do ser humano. E é por isso mesmo que as nossas obras, em contraste com as obras divinas, não têm aquela flexibilidade e aquela riqueza. Por exemplo: o ser humano, ao desencadear um processo causal qualquer, dificilmente pode pará-lo à sua vontade, ao passo que uma das características fundamentais de Deus é esta. Em Deus, seria quase impossível distinguir o que é necessidade e o que é liberdade, ao passo que em nós estas duas coisas são claramente distintas. Você sabe a diferença entre o que você quer, o que você escolheu livremente e aquilo que lhe é imposto pela situação.

[Voltando ao texto de D'Ainval], diz ele [Louis Lavelle] que, quando refletimos, ocorre que o ato criador se reflete em nós. Ainda que essa liberdade de criatividade seja muito pequena, a maior das loucuras seria desistir dela. Muitas pessoas desistem, pois não têm notícia de que esta possibilidade existe. Mas se avaliarmos bem, quase todas as possibilidades que nós conhecemos foram ignoradas ao longo de praticamente toda a existência humana. Prossegue ela:

Imputou-se à reflexão um caráter regressivo, dando-o como uma marca de impotência. Ora, ele [esse caráter regressivo] é justamente o sinal de que ela nos recoloca desde logo na origem de tudo o que é. A regressão ao infinito, que ela implica, remontando do condicionado à condição, sem que este movimento possa aparentemente ser suspenso, revela-nos que “nenhum ato se basta a si mesmo, **100:20** senão aquele que é o princípio de tudo o que é e pelo qual o espírito engendra eternamente sua própria presença a si mesmo”.

Se você está refletindo, está fazendo-o sobre algo que não criou, que já está dado; e por isso mesmo o caráter da reflexão é regressivo: ela volta para trás e nada acrescenta. Lavelle, porém, observa – explicado por Christiane d'Ainval –, que este caráter regressivo nos coloca dentro da situação de regressão a um infinito porque, quando remontamos à fonte do ato criador, vemos que ele está em nós, mas não somos a sua fonte e não conseguimos alcançar o fundo de onde ele vem. Quanto mais escavamos, mais vemos que o ato criador está por trás do por trás... E, o fato de não conseguirmos encontrar esse fundo é justamente a prova de que a reflexão nos coloca na pista do verdadeiro ato criador, cuja primeira qualidade é da infinitude, da inesgotabilidade.

Você tem a experiência dessa infinitude através do seu equivalente humano, que é a regressão ao infinito. Você não tem a posse do infinito, não existe o infinito

em ato, mas ao operar essa regressão ao infinito (“a causa da causa da causa...”), sem que você possa agarrar a primeira causa – conhece que ela está lá, mas, como ela mesma é infinita, quer dizer, por trás da regressão ao infinito está o próprio infinito –, você tem a experiência direta dessa regressão, de ver como tudo emana de um ato criador infinito.

Essa experiência é repetida no ser humano, mas ela não existe a não ser para aqueles que fizeram a reflexão sobre a sua própria liberdade de escolha. Além de exercer essa liberdade criadora, você ainda reflete sobre ela e, aí sim, você entra na regressão ao infinito. Enquanto não se fizer essa experiência, o que as pessoas disserem sobre Deus será um pouco vazio: um nome, um símbolo, que não reflete a natureza real das relações entre o Homem e Deus – relação na qual o Homem é esse ato criador reproduzido em escala microcósmica.

Na reduplicação do dado, pela qual a reflexão substitui, às coisas, operações que lhes aclaram o sentido, Lavelle distingue três etapas, correspondentes às distinções que fazemos entre a percepção e a coisa, a imagem e a percepção, a idéia e a imagem.

O que é refletir sobre um ato de conhecimento?

Primeiramente, é preciso que haja a percepção. Algo externo ou interno precisa ter acontecido e precisa ter sido percebido. Mas o ato mesmo da percepção e a coisa percebida aparecem como se fossem uma síntese. E só mediante a reflexão se pode distinguir uma coisa da outra.

Por exemplo: algo que você está vendo. De um lado, temos a coisa e, de outro, a visão que você tem dela. Uma maneira de perceber isso claramente: estamos em uma sala com várias pessoas. Eu vejo-as todas, mas sei que só as estou vendo desde o ponto de vista de onde eu estou (desde a posição onde estou), ao passo que elas estão sendo vistas por outras pessoas dentro de outras posições; e estas visões que elas têm dessas pessoas, por outro lado, não estão acessíveis a mim como atos de percepção, e sim como conclusões de uma reflexão. Na verdade, não só como conclusões de uma reflexão. Quando percebo uma pessoa em uma certa posição, também noto que as outras pessoas a estão percebendo desde outras posições, mas somente refletindo depois é que posso distinguir entre o que eu efetivamente percebi desta pessoa para a qual estou olhando e das outras. Nesta relação, entram elementos dos quais alguns me são dados – a própria presença da pessoa (é um dado), o olhar que percebo nas pessoas (é outro dado) –, porém, o que elas estão vendo interiormente, só mentalmente posso conceber. Eu não tenho acesso direto a isso. Eu percebo que elas estão percebendo, mas o que elas estão percebendo é uma conclusão minha. Aí reside a diferença entre a percepção e a coisa.

Porém, quando começo a refletir, tenho uma segunda distinção: já não estou mais exercendo o ato da percepção, mas pensando sobre algo que recordo dela – e isto chama-se imagem. É a distinção mais fina. Primeiro, perceber a diferença entre a percepção e a coisa. Mas, quando reflito sobre a percepção, eu não estou

exercendo a percepção, e sim lidando com algo dela que sobrou na memória: a imagem. Temos, então, uma série de diferenças. Por fim, quando temos esta distinção, nós elaboramos a idéia, que é o que estou explicando agora. Temos um conceito, uma forma verbal, que se reporta a uma imagem, que se reporta a uma percepção, que se reporta a uma coisa.

É necessário percorrer todas essas etapas, para que a experiência da liberdade e da criação que você está vivenciando torne-se clara para você. Agora você não tem só a experiência da auto-criação, mas tem também a percepção do que você está fazendo, a imagem vivida dessa percepção e o conceito abstrato com que você a expressa. Quando chegamos a esse ponto da idéia, a fileira inteira “idéia-percepção-imagem” se tornou comunicável e participável por outros.

Não há termo que a reflexão não nos revele e que não nos pareça insuficiente, [que em consequência não nos incite a participar da obra da criação.]

Ou seja, você percebe que todos os elementos com os quais lida durante a reflexão – a percepção, a imagem e a idéia – são insuficientes; algo está faltando e você não consegue apreender a realidade como um todo. Você a apreende no ato da percepção, evidentemente, mas quando tenta refletir, sempre fica faltando alguma coisa. Há um fundo que você não alcança, e este fundo que você não alcança é o mesmo que os outros seres humanos também não alcançam. Mas, justamente porque não o alcançam, todos, nesse sentido, sabem do que estão falando, porque estão se reportando àquela regressão ao infinito – que é talvez a experiência cognitiva mais séria do ser humano. Tudo o que raciocinamos e refletimos sobre nós mesmos e, principalmente, sobre a experiência da nossa liberdade, é apoiado em um fundo infinito: você não tem a experiência do infinito, mas tem a da regressão ao infinito, a qual seria impossível sem o próprio infinito.

Lavelle diz que, pelo fato de todos os termos da reflexão serem insuficientes, você é obrigado a participar da obra da criação. Você está constantemente se criando a si mesmo, justamente porque você não pode ter um domínio conceptual inteiro desta experiência. Sob dois aspectos, esses termos nos parecem insuficientes: primeiro, porque existe uma regressão ao infinito; e segundo, porque não podemos ter a experiência da nossa liberdade como coisa, só temos a sua experiência enquanto a estamos exercendo. Logo, o que quer que você diga a respeito dela [00:30] é insuficiente porque falta o próximo ato. A persistência na obra da auto-criação é requerida pela própria insuficiência da reflexão. É por isso que Lavelle diz:

É assim que a percepção se torna o suporte da ação pelas quais lhe damos um valor; é assim que a imagem sacode a mão do artista e que não há idéia que não esteja obrigada a tornar-se um ideal.

Quando a idéia adquire um valor, ela se torna um ideal a ser realizado. E aquilo que você está compreendendo no curso dessa reflexão – uma percepção, que se torna uma imagem, que se torna uma idéia – esclarece para onde você deve ir e o que deve se tornar. A idéia se torna, então, um ideal.

Em cada uma dessas etapas, o ato reflexivo cava um intervalo entre o que sou e o que posso ou o que devo, no qual minha liberdade encontra o meio de se exercer.

Em cada uma dessas etapas, o ato reflexivo mostra sua própria insuficiência: por um lado, porque está aberto à regressão infinita; por outro, porque a sua liberdade não está completa, ainda tem de ser realizada. Tarcísio Padilha usou a expressão “ontologia axiológica”² porque a ontologia de Louis Lavelle é ao mesmo tempo uma axiologia, uma filosofia dos valores. É o mesmo que dizer que não há pura percepção neutra da realidade: o valor é inerente à própria percepção e à própria reflexão, pois coloca para mim o problema da minha liberdade. A minha liberdade não é percebida como coisa, mas apenas como um apelo ou um dever que tenho a cumprir. A total separação entre fato e valor é absolutamente utópica. Ela pode continuar sendo usada como um preceito lógico em certas situações banais, mas em si mesma e em termos absolutos, não se justifica de maneira alguma.

Pulei um pedaço do trecho para esclarecer três termos, três conceitos que Lavelle usará muito no livro *Manual de metodologia dialética*. Eles não estão explicados exatamente nesse livro, e sim em outros lugares, e Christiane d’Ainval os explica aqui.

(...) Se a reflexão é desde logo o ato pelo qual o sujeito se descobre como sujeito [sujeito criador de si mesmo, sujeito livre, sujeito humano] separando-se da experiência do objeto, ela faz aparecer em seguida, nesse mesmo sujeito, três aspectos diferentes que se implicam mutuamente: o sujeito psicológico, o sujeito transcendental e o sujeito absoluto. A atividade do nosso espírito revela-se assim como uma relação, em nós, do sujeito psicológico a um sujeito absoluto por intermédio do sujeito transcendental, isto é, do indivíduo ao Ser absoluto por intermédio da razão comum a todos os homens.

Todos sabemos o que é o sujeito psicológico: o eu que percebe, fala, sente etc.

Que é o sujeito transcendental? Kant definia o transcendental como aquilo que só se revela no curso da experiência, mas que o faz como anterior e necessário à própria experiência — são condições prévias sem as quais a experiência não poderia ter sido realizada, mas das quais você só toma conhecimento na experiência ou depois dela. A totalidade das estruturas da razão, da lógica etc., que estão subentendidas nisso, não aparece como objeto da experiência, mas é através da análise da experiência que você as descobre. Através dessa descoberta você remonta da sua liberdade criadora até a liberdade criadora absoluta do sujeito fundamental.

É por isso que Christiane d’Ainval diz que a reflexão leva do sujeito psicológico ao sujeito absoluto, através do sujeito transcendental. Ou seja, através do conhecimento que você tem das condições universais da razão humana, que balizam, limitam e especificam a sua experiência.

² A *Ontologia axiológica* de Louis Lavelle, Tarcísio Padilha, 2012

Vimos que a reflexão consiste em ir, por etapas sucessivas, da percepção à imagem, da imagem à idéia: pode-se dizer que o domínio da percepção e da imagem pertence ao sujeito psicológico; o domínio da idéia, ao sujeito transcendental; o domínio dos valores, ao sujeito absoluto.

Esses valores são aquilo que você percebe nas idéias como insuficiente, porque falta algo a realizar. À medida que você capta a sua liberdade, você não o faz como coisa, mas como algo que deve ser realizado e, portanto, como um valor a ser incorporado na realidade. E estes valores, por sua vez, refletem a criatividade do sujeito absoluto, do ato divino como tal.

A que distância fomos parar daquelas filosofias que dizem que não podemos conhecer praticamente nada! Filosofias que reduzem o conhecimento humano às atividades mais banais do sujeito psicológico, como o raciocínio lógico ou a percepção imediata de uma coisa e de outra —, sendo que sabemos, por experiência comum, que transcendemos tudo isso. Se tivéssemos somente isso, toda a atividade humana seria impossível.

David Hume (sobre quem dei algumas aulas no curso *Raízes da Modernidade*) analisa a si mesmo, não deste ponto de vista — ele não se analisa do ponto de vista descritivo, e isto é muito importante, mas de um ponto de vista exclusivamente lógico — e diz que percebe possuir estados, que está triste ou alegre, que percebe uma coisa e outra etc., mas não percebe que exista, por trás desses vários estados, um Eu que os unifique. Daí ele chega à conclusão de que a existência do Eu é duvidosa e que só existem realmente os estados.

Porém, o Eu não pode ser percebido, pois ele não é coisa nem estado. Ele é uma liberdade que você está exercendo. Se Hume examinasse, no ato da percepção, todos os seus componentes, perceberia isso também. Mas ele examina somente os conteúdos das percepções e não a condição transcendental sem a qual essa percepção não poderia existir. É fácil dizer que só se tem estados e não se tem um Eu que os unifique. Mas em seguida podemos perguntar: quem é que está dizendo isso? Quem foi que percebeu a inexistência do Eu?

Hume faz um corte entre o ato da percepção e a presença real do sujeito que está realizando a percepção. Ele não acreditava muito na própria filosofia, e dizia que, apesar de não haver provas do Eu, nós tínhamos de acreditar nele, por um ato de fé — mas não é preciso ato de fé nenhum: basta fazer a reflexão corretamente e você irá entender. Na hora da morte, Hume confessou que estava indo para o inferno; ele gritou, aterrorizado que estava em chamas (não sei se ele foi mesmo para o inferno, mas ao menos um gostinho ele teve).

O indivíduo que corta desta maneira o ser humano e nega até a existência de um Eu, de um sujeito responsável, é, sob certo aspecto, um inimigo da espécie humana. Hume só não completou isso porque ele mesmo disse [00:40] que acreditava em tudo que estava negando, ele só achava que era crença irracional. Isto quer dizer que ele diminuiu e aviltou o poder da razão natural humana ao fazer uma análise totalmente incompleta, estereotipada e fingida. Este sujeito

psicológico que Hume está examinando não existe e não pode existir, pois [se existisse] a própria análise não poderia ser feita. Quem garante a continuidade da análise no tempo é o Eu que a está fazendo. A análise não se fez sozinha. Hume levou algum tempo para fazer esta reflexão e para escrevê-la levou mais algum tempo. Logo, onde está a continuidade temporal por trás de tudo isto, se o Eu não existe?

É o mesmo erro primário, na verdade, que Kant comete quando diz que não temos acesso às coisas em si. Porém, se não conheço as coisas em si, mas somente a sua aparência fenomênica, como eu posso conhecer a filosofia de Immanuel Kant em si, se só posso conhecer a sua aparência fenomênica? Então não adianta Kant me ensinar sua filosofia, porque não vou captá-la, só vou captar a aparência fenomênica que pode ser diferente para mim ou para qualquer outro. Ou seja, é perfeitamente inútil Kant escrever esse livro. É a isto que chamei de paralaxe cognitiva: quando o ato do indivíduo – o que o indivíduo está fazendo naquele momento – desmente o que ele diz.

Se examinamos academicamente somente as filosofias no seu conteúdo escrito – e não as condições humanas reais que as determinaram –, nunca pegamos esses erros, não captamos, ficamos presos dentro dessas “pegadinhas” lógicas, que atrasam formidavelmente o conhecimento humano e criam proibições inexistentes e infundadas. Quem me proíbe de conhecer as coisas em si? Quem me mantém limitado só na aparência fenomênica? Quem disse que só posso conhecer estados e nem saber da minha própria existência, quando, se eu não soubesse da minha própria existência, eu nem poderia ouvir o que você está dizendo?

Sob este aspecto, muitas das filosofias modernas se tornam realmente ridículas, são pegadinhas ou erros lógicos básicos – nem tanto erros lógicos, mas erros de percepção. Esses caras eram bastante treinados e não cometeriam erros lógicos bobocas. Mas qualquer um pode cometer um erro de percepção, porque isso não depende da sua habilidade intelectual ou do seu treinamento, depende da sua honestidade profunda, da sua capacidade de confessar aquilo que está realmente percebendo, em vez de dizer que está percebendo somente aquilo que consegue dizer. O problema com a reflexão deles é que passam da percepção à imagem e da imagem à idéia; em seguida dizem que só existe a idéia. E começam a lidar com a idéia como se ela fosse a própria percepção, e não um sinal remoto da percepção. Isto quer dizer que a própria possibilidade de comunicar essas filosofias se torna duvidosa.

Alguém enviou-me um artigo que saiu no *Scientific American Brasil*, falando como as línguas limitam o campo de percepção das pessoas. É verdade que as línguas fazem isso. Se você foi treinado, por exemplo, em uma língua que não tem um determinado tempo verbal, você pode ter alguma dificuldade de conceber aquela faixa do tempo que é a coisa mais óbvia do mundo para um outro indivíduo treinado em uma língua com riqueza formidável de tempos verbais (como o português ou o francês). Pode-se dizer que aqueles tempos verbais existentes na sua língua facilitam-lhe perceber diretamente certas faixas de tempo que o

indivíduo que aprendeu em outra língua (em que esses tempos verbais não existem) só pode conceber intelectualmente.

Porém, se as línguas limitassem completamente a nossa percepção, as traduções seriam impossíveis, porque entre uma língua e outra, o mediador é o mundo no qual estamos. Se não existesse uma percepção extra-verbal, que unificasse duas percepções verbalmente determinadas, a tradução seria impossível. Outro exemplo é o do turista que, estando em um país do qual não sabe a língua, pode se fazer entender indicando coisas, apontando. Ele nada poderia apontar, se a sua percepção do mundo estivesse limitada somente à sua língua, e não à presença real dos entes aos quais está apontando. Mas o problema é que, se o sujeito estudou lingüística, passa a achar que a lingüística é a ciência das ciências e quer que todas as outras ciências obedeçam ao conceito da lingüística, em vez de entender que para tudo há muitos pontos de vista possíveis, e que estes pontos de vista têm de se articular de alguma maneira.

Ao examinar lingüisticamente uma teoria científica – como a teoria quântica, por exemplo, você lerá as obras de Max Planck, mas só do ponto de vista lingüístico –, você dirá que aquilo tudo não tem nada a ver com a estrutura da matéria, é apenas a percepção lingüisticamente determinada na cabeça de Max Planck. Não obstante, quando fazem as experiências da mecânica quântica, elas dão certo na realidade, e até as máquinas captam isso. Será que as máquinas também sofrem das limitações lingüísticas de Max Planck? O que existe hoje em dia de burrice organizada é uma coisa incrível. Existe uma espécie de pedantismo autoritário que consiste em impedir os outros de saber aquilo que você também não sabe: aquilo que eu não sei fica proibido saber. Em grande parte, a formação científica consiste nisto: o sujeito aprendeu lingüística, sociologia, psicologia etc., então tudo o que a ciência dele não é capaz de explicar, não existe para ele.

Ou seja, essas pessoas não são capazes de fazer aquela prática que ensinei no começo, chamada mapa da ignorância: minha ciência me ensinou esses conceitos, esses critérios, esses métodos, esses experimentos etc. Pois bem, o que é que não está aqui (nos ensinamentos da minha ciência) e que, no entanto, eu percebo com os olhos da cara, que são os testemunhos da experiência real? Mas, se o indivíduo aprendeu que a experiência real é duvidosa, que ela não merece atenção e que só a experiência científica vale, ele começa a viver em um mundo totalmente inventado, apenas para servir à sua ciência e não às outras. No ensino universitário de hoje, sobretudo no Brasil, isso é regra geral. A própria filosofia – que existe para corrigir esses erros – também pode ser ensinada como uma disciplina especializada em que só existe aquilo que a doutrina filosófica do Seu Fulano admite, só aquilo do qual ela trata, o que ela não trata não existe. Continuando a leitura do texto:

Só do sujeito psicológico temos uma experiência imediata: é o eu vivido; a reflexão, aprofundando-o, faz aparecer nele o sujeito transcendental (...)

O sujeito transcendental é aquele conjunto das condições universais da razão humana que enformam e modulam, por assim dizer, a nossa experiência — estou

falando da razão universal e não da língua. As limitações lingüísticas são apenas um pedacinho do sujeito transcendental. Existe, por exemplo, o tamanho do nosso corpo. Por que os seres humanos têm entre 1,5m e 2,5m? Não há seres humanos com 3,5m nem com 10,12m. O tamanho do ser humano tem algo a ver com a percepção do mundo. O fato de ele estar colocado dentro de um espaço físico determinado, e não indeterminado, também determina as suas percepções, como é o exemplo do caso das direções do espaço, que eu já mencionei mil vezes. Não fui eu que inventei as direções do espaço, eu estou dentro delas. Não adianta eu querer ir para frente e encontrar o que está atrás; não adianta eu pensar que o que está atrás, [00:50] está na frente, não consigo fazer isso. Se a coisa está à minha direita, eu tenho de ir para a direita; se está à esquerda, eu tenho de ir para a esquerda. Portanto, há um quadro espacial externo que determina e modula as minhas percepções. Porém, as minhas percepções não estão limitadas apenas às condições do quadro espacial, já que as condições são em número ilimitado: além das condições espaciais, há as térmicas, biológicas, fisiológicas, lingüísticas, históricas etc. São tantas condições, que nenhuma delas pode engolir as outras.

A reflexão, aprofundando a experiência do eu vivido, faz aparecer nele o sujeito transcendental e depois o sujeito absoluto, que não são jamais objetos e dos quais temos uma certa forma de experiência.

Forma essa que não é a mesma forma de experiência do eu vivido. Por exemplo, do sujeito absoluto, temos a experiência da regressão ao infinito. E do sujeito transcendental, temos a experiência de que a reflexão nos mostra que, por trás da nossa experiência, havia um quadro de condições determinantes (um quadro enormemente variado e complexo de condições) que modulavam, recortavam e enquadravam essa experiência antes de que a tivéssemos.

As limitações lingüísticas existem também, não são absolutas como essas pessoas pretendem, mas existem. Basta você ver, por exemplo, que há certas coisas muito difíceis de exprimir em uma outra língua. Isto quer dizer que não se pode perceber? Claro que se pode: simplesmente usando a expressão na outra língua. Quando usamos, por exemplo, uma expressão latina ou francesa (a não ser que você seja um pedante, o pedante usa só porque é bonito), quando usamos uma expressão em uma outra língua, o fazemos porque na nossa língua não há jeito de dizer aquilo, então empregamos uma expressão estrangeira, e todos entendem perfeitamente. Não precisa nem saber aquela língua perfeitamente, basta saber que aquela expressão tem uma modulação diferente de qualquer coisa existente na sua língua.

Poder-se-ia chamar ao primeiro o 'mim', ao segundo o 'eu', ao terceiro o 'si'. Esta descoberta das três formas do sujeito confunde-se com a descoberta da participação: o sujeito psicológico participando do sujeito absoluto pela mediação do sujeito transcendental.

Estou dizendo todas estas coisas aqui não só para que sejam aprendidas como doutrina: é para que sejam incorporadas como método. Ou seja, você mesmo, quando estiver analisando as coisas, vai passar por todas essas etapas, fazer

todas essas distinções. Isto aqui vai fortalecer a sua inteligência, de uma maneira tal, que a média dos professores universitários comparados com você serão macacos. Nada mais que macacos, porque incapazes de ter este nível de aprofundamento na experiência. E se não há aprofundamento na experiência, não adianta você estudar dia e noite, porque tudo aquilo que não é arraigado na experiência são apenas palavras, palavras vãs.

Só o sujeito psicológico e o sujeito absoluto possuem uma existência verdadeira:
(...)

Eu existo e o ato criador divino existe. Porém, o sujeito transcendental é apenas um mediador, ele não existe em si mesmo. Ou seja, não existe, fora dos seres humanos, um outro sujeito transcendental que está por aí dando ordens etc. Ele só existe em mim, só existe nos seres humanos concretos, como um aspecto do próprio sujeito psicológico — um aspecto que está no sujeito psicológico e ao mesmo tempo o transcende. Por exemplo, o conhecimento da língua: ele está em você, mas a língua transcende você, que só usa uma parte ínfima dos recursos da língua.

(...) o sujeito transcendental não exprime senão a condição da participação de um no outro; ele é um instrumento. Vê-se que a reflexão não merece a acusação de esterilidade: se ela nos destaca do mundo, é para nos colocar em presença da atividade criadora da qual tudo procede e da qual ela nos faz participar.

Aqui o texto termina com uma sentença de Jules Lachelier, que Louis Lavelle citava com freqüência (ele considerava Jules Lachelier um dos seus gurus):

O próprio da filosofia é buscar a origem dos nossos conhecimentos em um ou vários atos concretos pelos quais o pensamento se constitui a si mesmo ao apreender imediatamente a realidade.

Examinar – por rememoração e reflexão – estes atos reais de conhecimento pelos quais o sujeito humano, no confronto com a realidade, se constitui a si mesmo como sujeito pensante e como sujeito de uma liberdade criadora que se constitui a si mesma. Esta frase de Jules Lachelier, de certo modo, já continha em germe toda a filosofia de Louis Lavelle. Aliás, a filosofia francesa do século XIX (que normalmente no Brasil, hoje em dia, é completamente ignorada, embora não o fosse até os anos 50-60) é coisa de uma riqueza absolutamente impressionante. E a babaquice desse germanismo louco, que defende que filósofo é Hegel, é Wittgenstein, é coisa completamente sem fundamento, pois eles são uns micos perto desses franceses de que falo. Tomemos, por exemplo, Lachelier, Hamelin, Renouvier: isto é uma fortuna, isto não acaba mais. Ou seja, a capital da filosofia não é a Alemanha, é a boa e velha França, sobretudo a do século XIX.

Aluno: Sobre esse potencial em curso de realização, conhecido como vocação: como sei se quem eu escolhi ser é realmente quem eu deveria ser? Ou será essa formulação do problema um erro?

Olavo: Em primeiro lugar, o potencial em curso de realização é a totalidade dos valores que a pessoa incorpora, e não somente vocação. Vocação é uma imagem parcial que traduz isso, esquematicamente e vagamente, em termos de uma carreira profissional ou uma atividade no mundo, mas é só um pedaço. A vocação não responde inteiramente [à pergunta] *quem* você quer ser, mas, em parte, o *que* você quer ser.

Em segundo lugar, a pergunta: “Como sei se quem escolhi ser é realmente quem eu deveria ser?” Bem, você não sabe, você só sabe quem você escolheu ser. E o ajuste maior ou menor disso com as suas verdadeiras disposições é uma coisa que você só perceberá no curso do tempo. Foi por isso que sugeri que se fizesse o exercício do necrológio várias vezes.

Aluno: Seria viável analisar as duas fases do pensamento do Leonardo Boff, a fase da Teologia da Libertação, como em Igreja: Carisma e Poder, dentre outros, em contraste com a fase Nova Era, como em Ecologia, Mundialização, Espiritualidade, dentre outros, utilizando A Nova Era e a Revolução Cultural e O Jardim das Aflições como texto de fundo para desenvolver a tese de que as duas formas de pensamento – revolução cultural e Nova Era – são como dois lados do mesmo fenômeno?

Olavo: Sem a menor sombra de dúvida. O arcabouço conceitual para analisar isso, se não está inteiramente dado ali, está pelo menos esboçado. Mas eu escrevi muito mais coisa a esse respeito. Se você procurar na série dos meus artigos, tem um monte de coisa sobre o globalismo e a discussão com o Prof. Alexander Dugin, sobretudo, pode ser muito útil para isso.

Aluno: O ato cognitivo pelo qual se pode perceber a auto-evidência do argumento de Santo Anselmo é um exemplo da escalada do sujeito psicológico ao sujeito absoluto? (...)

Olavo: Perfeitamente correto.

Aluno: (...) O senhor poderia dar um exemplo de uma reflexão que ilustra a regressão ao infinito?

Olavo: Já está dado, o mesmo exemplo de Santo Anselmo. Reporte-se àquela pequena gravação sobre isso, que coloquei no Seminário de Filosofia, e você verá que essas duas coisas coincidem perfeitamente.

Aluno: Recentemente eu li, ou reli, A Origem da Linguagem, de Rosenstock-Huessy, e uma das notas que o senhor fez ao texto chamou minha atenção. Segundo a nota, dizia Rosenstock que “arbitrariamente cantadas, canções solenes tornam-se vazias e fazem enlouquecer as pessoas, em vez de lhes dirigir as ações”. Na nota, o senhor adverte os católicos quanto à mudança do rito sagrado, referindo-se especialmente à Missa, dizendo que o acompanhamento das canções litúrgicas, nessas condições, não ocorre sem que haja conseqüências

para a saúde psíquica da comunidade em geral. Hoje sabemos que o Brasil, além de campeão em número de homicídios, é também um dos líderes mundiais da incidência de distúrbios psíquicos, notadamente no que diz respeito à depressão. Também sabemos, até por experiência direta, que no Brasil o rito católico [1:00] da Missa virou uma bagunça geral, uma verdadeira palhaçada, salvo raríssimas e honrosas exceções. E que, além disso, a assistência ao culto dominical é ínfima, se comparado ao que era, digamos, cinqüenta anos atrás. Não existiria aí uma relação de causa e efeito entre os fenômenos? (...)

Olavo: Sem sombra de dúvida. A Igreja Católica é a espinha dorsal do Brasil. Se a espinha dorsal se dissolve, o resto vem abaixo.

Aluno: (...) Este não seria um tema apropriado para os estudos do Seminário de Filosofia?

Olavo: Perfeitamente. Não só apropriado, mas é um tema urgente, muito importante. Ele é muito trabalhoso, porque essas relações não são coisas que você perceba imediatamente, terá de rastrear um pouco e, sobretudo, basear-se em outros precedentes de outros países. Isto vai lhe dar muito trabalho, mas é um trabalho altamente meritório.

Aluno: Ando procurando alguma boa obra que não tenha muitas exortações morais, mas que fale sobre os fundamentos e razões da virtude da castidade. Só tenho por referência ao assunto os escritos dos Santos, mas eles às vezes são muito dolorosos. Mal li o Tratado da Castidade de Santo Afonso Maria de Ligório, quase entrei em desespero. Existe alguma obra mais leve sobre isso?

Olavo: Eu só entendo a castidade na vida conjugal, a castidade de um homem solteiro é uma coisa que não consigo sequer imaginar. Eu nunca a pratiquei, nunca estive ao meu alcance, não sou nenhum exemplo disso e não tenho nada para ensinar a respeito. Graças a Deus, existe uma instituição chamada casamento, que dizem ter sido feita para aliviar a concupiscência, e, neste sentido, ela funciona. A minha sugestão é: case-se o quanto antes e mude de assunto, senão você vai ficar doido mesmo. [risos]

Aluno: O que é a Queda, Pecado Original, nesta perspectiva lavelliana da liberdade do ato criador?

Olavo: Pergunta fundamental. A marca da Queda é justamente o fato de que nós só possamos chegar a vislumbrar algo do sujeito absoluto através da reflexão e do sujeito transcendental, ou seja, de um modo muito remoto e muito problemático. Os casos em que existe uma revelação direta, uma presença divina, saltam sobre tudo isto. Mas eles acontecem, não por efeito da reflexão humana, mas por uma iniciativa divina, que é absolutamente incontrolável. A complexidade das relações entre o sujeito psicológico e o sujeito absoluto é a própria Queda. Eu nunca li Louis Lavelle explicando nada sobre este ponto em particular, mas só pode ser assim.

Aluno: Poderia explicar novamente como experimentar, como fazer a regressão ao infinito?

Olavo: A regressão ao infinito é simplesmente a insuficiência de tudo que você capta na reflexão a respeito do ato criador. Nós compreendemos que, de tudo aquilo que nos compõe, algumas coisas vêm de uma disposição natural, de uma determinação natural: a nossa herança genética, as influências culturais — tudo isso faz parte do mundo natural. Mas nós entendemos que a nossa liberdade não pode ter raiz e força em determinações naturais. Não é possível que a natureza, cuja chave é a palavra “necessidade” – seja a necessidade absoluta, seja a necessidade parcial, relativa –, possa nos infundir a liberdade. Então a liberdade não tem causa natural, ela é a marca da natureza espiritual do ser humano. Só que tudo o que você capta aí a respeito do ato criador é altamente insuficiente: você nunca capta nada, na verdade; você apenas se abre àquilo. Mas esta insuficiência mostra que você pode continuar meditando e escavando, e escavando, e escavando – que nunca vai acabar. Isto aqui já é a regressão ao infinito.

Aluno: Existe paralelo entre as meditações vedantinas sobre o eu e as distinções de Lavelle sobre o sujeito psicológico, sujeito absoluto?

Olavo: Em parte, sim. Mas você não pode esquecer que o propósito da meditação vedantina é mostrar a identidade entre a individualidade do meditante e o Brahman, que é o sujeito absoluto. Esta identidade (ou absorção), na perspectiva já do Lavelle, pareceria utópica. Nós não somos absorvidos e não nos transformamos no Brahman, mas, ao contrário, temos a experiência da regressão ao infinito. Esta regressão ao infinito, quando praticada de novo e de novo e de novo, abre você para uma dimensão que evidentemente o transfigura, o modifica e o melhora como ser humano. Mas esta total identificação, esta dissolução, este sumiço do eu humano no Brahman, eu acho que é uma força de expressão, é algo tremendamente hiperbólico. Ao contrário, dentro da perspectiva de um Deus que nos criou, Ele não nos criou para em seguida nos revogar: Ele quer nos manter na existência. Esta é uma relação não de absorção e de anulação, mas uma relação de amor que subentende a permanência de alguma dualidade, no sentido do que diz Santo Tomás de Aquino: As almas no paraíso estão fundidas, mas não confundidas, quer dizer, elas conservam a sua individualidade. E é este mistério de amor que conserva na existência os entes criados, e os conserva eternamente. Eu acho que isso é bem mais razoável do que uma absorção total que no fim nos levaria a uma espécie de mecanicismo, dias e noites do Brahman: o Brahman acorda e faz o mundo, depois apaga tudo; e daí continua, como uma bexiga que enche e desenche. Isso é mais um problema do que uma resposta, isso é mais um enigma do que uma solução.

Aluno: No ato reflexivo, é possível ocorrer a ordem inversa: do sujeito absoluto para o psicológico? (...)

Olavo: Não só é possível, como isso ocorre necessariamente. Você está o tempo todo indo nos dois sentidos.

Aluno: (...) Algo como uma intuição seria o caminho inverso à reflexão?

Olavo: Lavelle reconhece a importância do elemento intuitivo, mas acha que nada substituirá a reflexão propriamente dita. Claro que esta reflexão será entremeada de intuições, mas esse caminho tem de ser percorrido. Afinal de contas, intuições não acontecem quando você quer, elas acontecem quando o objeto aparece na sua frente e você o percebe.

Aluno: Dentro daquela distinção de Georg Jellinek de que existem duas classes de ações — a que atende a uma vontade diretriz e a que pode existir sem organização, devido a atos de vontade —, gostaria de saber qual a forma de relação que existe entre a liberdade do ser humano individual e os agentes históricos. E como ser livre e consciente participa dos vários agentes históricos, já que a duração destes se estende para além da vida dos seres humanos em concreto?

Olavo: Esta é uma pergunta muitíssimo interessante. É claro que toda ação histórica pressupõe a absorção de uma realidade circundante que aparece, como diz Lavelle, ao mesmo tempo como obstáculo e como instrumento. Para ela ser absorvida até mesmo como obstáculo, é necessário que o seu horizonte de consciência se amplie até o último limite do raio de ação que você pretende abranger: você tem de conhecer a sociedade inteira, as determinantes históricas que estão em ação etc., e fazer disso tudo um instrumento da sua ação. Isto só é possível se o indivíduo alcançou um nível de liberdade interior muito grande; ele tem de ter se tornado bastante autônomo em relação às condições externas para poder agir. Isso supõe então um nível de concentração interior absolutamente formidável. Eu acho que um exemplo muito interessante é o do Ronald Reagan, que é o sujeito que fez exatamente o que queria fazer. É um dos poucos personagens históricos de quem se pode dizer que teve um plano, executou-o e o plano deu certo, digamos, em 80%. Isso é uma coisa raríssima na história, ele foi um homem muito afortunado. O que caracterizou Ronald Reagan foi a absoluta secretude de seus planos, que ele nunca revelou nem para a sua mulher. Veja a concentração interior desse homem, que, ao longo de 50-60 anos, ficou pensando que ia fazer tal e qual coisa e não ia falar para absolutamente ninguém, ninguém, ninguém. Isso é um exercício da liberdade levado a um extremo de total indiferença pela pressão do ambiente, que é sempre absorvida como um instrumento da ação. Tem vários casos desse tipo, mas eu acho que esse é um dos mais bem sucedidos. [1:10]

O fato de que a ação histórica se prolonga para além da duração da vida é incorporado no próprio plano de ação. Quer dizer que um agente histórico desta envergadura tem de saber quais os mecanismos e processos que ele pôs em ação, que deverão continuar em ação depois da sua morte, pelo menos durante algum tempo. Nós vemos que tudo o que Ronald Reagan fez, no sentido de colocar os EUA efetivamente na liderança mundial, hoje está sendo desfeito, mas tudo aquilo ainda tem um efeito residual. Este próprio prestígio americano é hoje usado como instrumento para demoli-lo por dentro; sem ele, não seria possível.

Eu acho que por hoje é só. E não se esqueçam do nosso curso, que será de 6 a 11 de maio. Inscrições no www.olavodecarvalho.org ou com o Sr. Eduy. E também tem o curso do Rodrigo Gurgel sobre a formação do estilo que será dado no Cedet Online, www.cedetonline.com.br. As informações estão todas lá, e o curso começa segunda-feira.

Até a semana que vem. Muito obrigada.

Transcrição: Tamas Coelho de Souza, Fabricio Andrade, Jussara Reis de Abreu.
Revisão: Carla Farinazzi